

A construção do texto entre a subjectividade e a objectividade

Luís Filipe Barbeiro

Escola Superior de Educação de Leiria

Introdução

O escritor tem à sua disposição diferentes graus de «presença» perante o leitor. Essa «presença» pode variar desde uma manifestação pessoal explícita, afirmada no próprio texto pela *primeira pessoa*, um «eu» que escreve, que pensa, que age, que assume a perspectiva sobre os objectos, até à sua deslocação para trás das palavras, sem que estas o revelem explicitamente como sujeito, deixando todo o campo à revelação do mundo apresentado (ou, antes, representado, reconstruído verbalmente).

Estes dois pólos constituem estratégias extremas para a construção do texto, quanto à presença do sujeito enunciador, revelada pela categoria de *pessoa*.

Pelas consequências que apresentam para a formulação das expressões linguísticas do texto, a opção por uma ou outra vias deverá ou efectuar-se bastante cedo no processo de construção textual. A mudança de uma para outra estratégia poderá implicar a alteração substancial das expressões linguísticas que entretanto tiverem sido escritas, ou, pelo menos, a alteração dos contornos e da força com que surgem perante o receptor.

No âmbito das operações de *concepção* global do que virá a ser o texto, poderemos, assim, encontrar a tomada de posição perante a subjectividade. A colocação do problema desde cedo no processo de escrita é corroborada pelo facto de normas relativas a alguns tipos de texto incidirem sobre as manifestações de subjectividade, condicionando o aparecimento textual desde o início. Nestes casos, a decisão do sujeito enunciador passou a estar integrada no âmbito de determinado tipo de texto.

Deverá ter-se em conta que a opção relativa à subjectividade não se realiza entre a *presença* e a *ausência* absoluta do sujeito enunciador. Este manifesta-se sempre de algum modo no texto que constrói, ao realizar escolhas, mas pode fazê-lo segundo graus diversos.¹ As alternativas não se resumem à presença ou ausência de determinadas categorias de pessoa, nomeadamente da primeira pessoa circunscrita ao sujeito enunciador. As próprias categorias de pessoa, por si, não são unívocas na expressão da subjectividade, como o mostram as formas de tratamento² ou os diversos valores das formas do plural «nós» e «vós».

Por outro lado, não são apenas os mecanismos de pessoa que são reveladores da subjectividade. Outros recursos linguísticos, revelam o sujeito enunciador. Mesmo o discurso «objectivo» não anula o sujeito, procura antes apagar do enunciado os traços que o afirmariam.³ É ainda por meio das palavras escolhidas pelo sujeito que se constrói a representação de objectividade.

As vias de manifestação do sujeito não constituem linhas paralelas que nunca se aproximariam. O sujeito enunciador cria o seu percurso, mobilizando diversos recursos linguísticos. As linhas são puxadas no sentido da subjectividade ou da objectividade, originando graus intermédios, tendo em conta a auto-referência do sujeito enunciador, a ligação dos elementos referidos à situação de enunciação, a carga de subjectividade das unidades lexicais, a presença de avaliação e de modalização.

O próprio sujeito enunciador não constitui, como frisa Kerbrat-Orecchioni, «uma entidade psicológica homogénea, mas um objecto *complexo*». O «eu» surge como «ilusoriamente unificador», sendo necessário, para dar conta dessa complexidade, construir uma «teoria do sujeito múltiplo».⁴

¹ Cf. Kerbrat-Orecchioni (1980), p. 12.

² Cf. Cintra (1972); Medeiros (1992).

³ *Idem. ibid.*, p. 71 e p. 239.

⁴ Kerbrat-Orecchioni (1980), retoma esta urgência e expressão de Paul Henry (1975). *Le Magazine littéraire*, n° 97, 16^{vr.}, p. 16.

Face à complexidade do sujeito, esta comunicação toma como ponto de partida, precisamente, a dissociação entre *realização e representação* no acto de comunicação. Esta dissociação vai atingir o «eu», quanto aos estatutos explicitamente mobilizados no acto de comunicação.

A dissociação que aqui se analisa não tem primordialmente em conta os diversos papéis sociais do sujeito enunciador ou a diferenciação social e cultural entre os sujeitos e respectivas estratégias linguísticas no acto de comunicação.⁵ Parte-se do facto de, nessa dissociação, a demarcação de estatutos do sujeito e a sua mobilização segundo determinada estratégia na construção textual poderem começar a ser efectuadas em relação ao próprio acto de comunicação que se realiza e que institui o sujeito.

A dissociação poderá não se restringir ao «eu», mas atingir igualmente o pólo relativo ao «tu». De facto, para além de poder gerir as formas da sua presença, o sujeito enunciador tem ainda o poder de tomar presente no texto o próprio «leitor».

Realização

A realização dos sujeitos no acto de comunicação

A base de expressão da subjectividade encontra-se no próprio acto de comunicação. Aí, a subjectividade ao ser expressa é também realizada. É através da participação na comunicação como emissor que o sujeito pode dizer «eu». É no acto de comunicação que o sujeito, falante ou escritor, adquire o seu estatuto de ser que comunica. Fora do acto de comunicação em que é participante, ele constitui um «objecto» exterior, eventualmente referido.

Para além do «eu», também se realiza na comunicação que o revela o acto de falar ou de escrever. Assim, o «eu» é um «eu» que produz linguagem, ou seja, que fala, que escreve.

⁵ Esta perspectiva sociolinguística pode encontrar-se em Faria (1983).

A manifestação da subjectividade na comunicação escrita pode, assim, efectuar-se, desde logo, pela presença do sujeito como alguém que escreve, dando esse passo para que se realize a comunicação com o leitor.

Ao escrever, ele junta a todos os outros traços que o definem uma outra característica: a de escritor do texto que o leitor irá ler. Entre todos os traços que o caracterizam só este coincide com o seu desempenho, com a sua participação na comunicação. Se observássemos, de fora, no momento em que escreve, veríamos não só a pessoa, mas também o facto de se encontrar a escrever. A dissociação do «sujeito múltiplo» pode iniciar-se separando este traço das outras características do sujeito. As manifestações linguísticas desta separação revelam-se não só quanto às expressões linguísticas mobilizadas, mas, em articulação com elas, em relação à estratégia comunicativa.

Para construir a sua relação com o leitor, o escritor pode recorrer precisamente à manifestação desse estatuto comunicativo no texto. Tal manifestação é construída e expressa através de formas que remetem para a própria comunicação escrita, que se realiza. Neste primeiro nível de subjectividade, o sujeito surge, assim, com o estatuto de «escritor». Para que o escritor realize esse estatuto é necessário que se encontre a escrever ou que um leitor se encontre a ler o que escreveu. Em cada acto de comunicação escrita, o escritor ocupa esse pólo emissor necessário à comunicação, mas para além disso, pode revelá-lo perante o leitor.

A comunicação escrita não vive só do escritor. No pólo comunicativo oposto, é indispensável a existência do leitor. A «presença» do leitor também pode ser trazida para dentro do próprio texto. Este leitor pode ser apresentado, em primeiro lugar e como resultado da necessidade da participação do leitor no acto de comunicação escrita, com o estatuto de «leitor».

Da relação entre emissor e receptor, entre escritor e leitor, surgem os alicerces da subjectividade na utilização da linguagem. Este constitui o primeiro nível de manifestação de subjectividade na comunicação linguística. Trata-se de uma subjectividade que nasce de uma relação em curso (entre emissor e receptor, escritor e leitor) e que se realiza nela. Podemos designá-la por *subjectividade relacional*, pois corresponde à própria **realização dos sujeitos**, definidos um em relação ao outro.

Mesmo que o sujeito esteja presente, com o seu estatuto de «escritor», o pólo do leitor pode não se encontrar expresso de forma directa. Esta possibilidade de ausência surge ligada à própria *ausência* física e à eventual indeterminação do destinatário a quem escritor se dirige. O papel de leitor pode ficar aberto, implícito, não sendo expresso no texto nem mesmo este seu traço de «leitor», que o afirmaria em relação com o escritor no acto de comunicação, aproximando-os.

Fundamentos da presença explícita

A manifestação da presença do leitor, enquanto leitor, afirma a própria comunicação. Os objectivos dessa presença surgem em dois campos: 1) a escrita passa a ser dirigida, pelo aparecimento do destinatário e 2) a escrita passa a afirmar ou mesmo a valorizar o próprio acto de escrever (/ ler) como ligação entre escritor e leitor.

A afirmação da subjectividade assente na própria comunicação escrita pode servir o objectivo de vencer, desfazer, anular a distância entre os sujeitos, escritor e leitor. Foi essa distância que levou à escrita. Pela linguagem, os sujeitos tornam-se presentes nas situações de escrita e de leitura, vividas em momentos diferentes e de forma separada. A vontade de ter o outro presente no acto de escrever ou de estar presente no acto de leitura surge ligada à necessidade de uma relação directa, sentida pelo escritor. Deste modo, não admira que esta presença, assegurada no texto, se encontre com frequência nas missivas pessoais.

Quando o «leitor» passa a existir no texto, no elo de ligação entre escritor e leitor, pretende ganhar-se proximidade, construir uma relação directa, tal como acontece na fala. Na escrita, a presença do «leitor» no texto pretende recriar as potencialidades da fala.

Na fala, no diálogo, não podemos prescindir dessa presença, que é real, como condição, antes de ser linguística. Na escrita, o sujeito pode optar por integrar essa presença no texto, afirmando-a linguisticamente, antes de existir na realidade.

Por outro lado, a valorização do acto de escrever é obtida pela redundância com a situação vivida: os actos de escrever e de ler passam a fazer parte do texto. Este traz esses actos para a comunicação e não apenas como seu suporte. O texto afirma algo que já existe na situação, que acontece necessariamente para que ele surja. Fica expresso o que une comunicativamente o escritor e o leitor, ou seja, ficam expressos a própria ligação comunicativa ou os passos do sujeito (o escritor que cria o universo do texto) para que exista.

Duplamente presente, o acto de escrever pode ser configurado para a leitura que o sujeito-escritor pretende que o leitor realize. A referência explícita, sobreposta à existência material, traça o objectivo que se pretende evidenciar. Na verdade, ao ser expresso, o acto de escrever é frequentemente acompanhado da sua finalidade: «escrevo-te esta carta para te felicitar por» face a «Felicito-te por ... ». Ao fazê-lo, o escritor coloca o objectivo após o estabelecimento da relação e na dependência da afirmação dessa relação. Objectivos de comunicação dolorosos encontrar-se-ão mais afastados. Outras finalidades, eventualmente imaginadas pelo leitor, precisarão de desalojar a finalidade que se encontra expressa pelo escritor. Essas finalidades ocuparão um nível inferior e o que ressaltará será a expressão dos passos dados para a relação. Uma interpretação irónica só afectará esse nível secundário e o «escrevo-te» permanecerá um facto indesmentível perante o leitor.

Os passos dados para a relação podem vir a ser invocados; de certo modo, estão já a sê-lo, ao ser-lhes dada a proeminência no próprio texto, que poderiam não deter, de forma explícita.

A realização das palavras

O nível de realização estabelece o estatuto comunicativo dos sujeitos, no qual se fundam as manifestações de subjectividade. Em relação aos objectos, os únicos que encontram a sua realização no acto de comunicação linguística são as palavras.

Esta realização é, em princípio, transparente, ou seja, existe para afirmar a representação de algo exterior e não a sua própria realização. Contudo, enquanto objectos, as palavras podem ser referidas. Este facto faz surgir um paradoxo, ou, pelo menos, uma dupla vertente, em relação à dicotomia subjectividade / objectividade: a referência às suas próprias palavras, relativas ao acto de enunciação em curso, por parte do sujeito enunciador, ligando-as à subjectividade, institui-as como objectos. Este domínio específico de objectividade serve a subjectividade, a afirmação do sujeito revelado, por si próprio, de forma explícita, por meio da reflexão sobre as suas escolhas verbais. Face ao objecto linguagem, o sujeito continua a dispor das mesmas estratégias para se (re)velar por meio da linguagem. Tratando-se da linguagem do próprio acto de enunciação em curso, a reflexão metalinguística manifesta a própria construção do discurso, de que ele é sujeito, e, por isso, revela-o.⁶

Representação

A representação dos sujeitos no acto de comunicação

Se é necessária a participação de escritor e leitor na comunicação escrita, os respectivos estatutos enquanto sujeito-escritor e sujeito-leitor não precisam de ser

⁶ Noutros casos, sem a ligação imediata ao sujeito enunciador ou à situação de enunciação em curso, esta dimensão de realização colocará em foco a objectividade, como é expresso por Kerbrat-Orecchioni (1980): «Il existe pourtant un type et un seul de comportement langagier qui peut être à 100% objectif: c'est le discours qui reproduit, intégralement, en style direct, un énoncé antérieur» (p. 148).

afirmados. Eles encontram-se implicados nos actos de escrever e de ler. Não é necessário dizer «eu escrevo» em cada texto que escrevo. Não é necessário eu encontrar «tu, leitor», para que seja um leitor. Deste modo, em alternativa à presença explícita no texto, surge a ausência de manifestações textuais correspondentes aos estatutos de sujeito-escriptor e sujeito-leitor. O «eu» tem já implicado, pela participação no acto de comunicação escrita, um «eu-escriptor» (ou um «eu-locutor», na comunicação oral). Deste modo, esta faceta não necessita de ser expressa, pois encontra-se congregada no «eu». Algo de equivalente se passa com o leitor.

Os estatutos dos sujeitos apenas enquanto escritor e leitor, mesmo sendo-lhes dada uma posição de proeminência, por uma presença dupla no acto de comunicação escrita, não deixam de se mostrar, de certo modo, vazios, ainda ocios, pois estão associados apenas ao próprio acto de comunicação em que nascem.

Para lá do acto de comunicação, do lugar aí ocupado, quer o sujeito que escreve, quer o sujeito que irá ler, possuem outras características definidoras. Estas características poderão ser explicitadas, em relação a cada um dos pólos, em conjunto ou de forma independente, preenchendo a profundidade dos sujeitos e constituindo meios para o relacionamento entre escritor e leitor. Dado que estas características definidoras constituem atributos de cada um dos sujeitos, mobilizados para a comunicação, mas que não dependem da relação de comunicação a realizar entre eles, elas, são de algum modo, representadas no acto de comunicação, provêm do seu exterior. Este segundo nível de subjectividade compreende, assim, a *representação dos sujeitos* nas facetas não realizadas no acto de comunicação. Podemos designá-lo como o nível da *subjectividade representada*.

Escritor e leitor tornam-se sujeitos de outros estatutos, para além do de participantes no acto de comunicação. Partindo do escritor, este pode manifestar linguisticamente a sua presença e destacar algumas características como base para a comunicação. Falará então como consultor, como especialista de determinada área de conhecimento, como cliente,

como político, como jornalista, como amigo, como acusado, etc. Para além destas e doutras etiquetas ou estatutos que influenciam directamente o conteúdo e o estilo da sua comunicação, ele é ainda portador de uma história individual, de uma rede de relações (eventualmente com o leitor a quem se dirige), factores que aprofundam a subjectividade — que o afirmam como sujeito dentro desse estatuto — e condicionam a comunicação.

Em relação ao «leitor», o escritor poderá proceder de igual modo, alargando-o à representação de outras características. Ao revelar o estatuto em que se lhe dirige (consultor, cliente, amigo, companheiro, ser amado, etc.), ao desenhar-lhe um perfil de relações e conhecimentos, para além da participação no acto de comunicação, o escritor activa a escrita como relação inter-subjectividades e circunscribe a própria comunicação, integra-a nos limites destas subjectividades, desencadeia-a a partir da representação dos estatutos a que surge ligado o outro pólo comunicativo.

Deste modo, o «eu» e o «tu» realizados no acto de comunicação ganham profundidade, tomam-se elementos de outras relações representadas pela linguagem.

A representação dos objectos no acto de comunicação

Se os únicos objectos realizados na comunicação linguística são as próprias palavras, todos os outros são aí representados. Tal representação afasta-se da apresentação ostensiva sem palavras, pois recorre à mediação da linguagem. Contudo, estando a apresentação ostensiva ligada a um determinado acto em que alguém mostra o objecto, também a sua representação verbal pode surgir ligada à situação de comunicação. O recurso aos deicticos demarca os objectos, face aos estatutos ou à localização espaço-temporal dos interlocutores. Perante a presença dos objectos, ostensividade e linguagem podem combinar-se. Contudo, ao contrário da apresentação (mesmo que esta recorra ao gesto para indicar o objecto), a representação alarga os limites da comunicação ao que se encontra ausente. Presentes ou ausentes, o que fica em relevo é que os objectos podem ser referidos em função da situação de comunicação, o que os coloca na órbita mais ou

menos afastada desse acto/ponto/momento em que se dá a realização do papel de sujeito-enunciador. Deste modo, utilizados na representação dos objectos, os deícticos subordinam-nos à realização dos sujeitos na comunicação.⁷

A subjectividade na representação dos objectos não se manifesta apenas através dos deícticos. Já fora da dimensão de realização comunicativa, essa manifestação pode realizar-se com recurso à carga subjectiva das unidades lexicais, segundo eixos como a modalização e a avaliação. Perante estes eixos, o discurso «objectivo» tenderá a evitar a utilização dos termos cujo cálculo interpretativo se funda em maior grau na especificidade dos sujeitos e da situação de comunicação.

A construção textual entre as dimensões de realização e de representação

Ficou dito anteriormente que as vias da «subjectividade» e da «objectividade» não constituíam linhas paralelas que nunca se aproximavam. Se os mecanismos linguísticos, por si, permitem ao sujeito construir o seu discurso aproximando-se e afastando-se da outra via, segundo graus intermédios de manifestação subjectiva, também devem ser consideradas as dimensões de realização e de representação definidas em relação ao acto de comunicação. Em relação a cada um desses níveis (a realização comunicativa dos sujeitos e consequente realização das palavras, a representação dos sujeitos e a representação dos objectos), é possível encontrar a expressão diferenciada da subjectividade e a decisão estratégica do sujeito.

O grau de subjectividade verificar-se-ia, assim, pela combinação de dois eixos: um relativo ao alvo de referência, e outro relativo às expressões linguísticas mobilizadas. O alvo de referência pode ser constituído pelos sujeitos enquanto participantes no acto de comunicação por meio da utilização da linguagem (nível de realização dos sujeitos), pelas

⁷ O deíctico correspondente ao pronome pessoal em terceira pessoa — «ele(s)», «ela(s)» — não encontra a sua realização referencial na situação de comunicação. Consiste, na terminologia de Benveniste, numa «não-pessoa», ou numa pessoa excluída da relação de alocação, segundo Kerbrat-Orecchini. Deste modo, corresponde-lhe uma realização negativa no acto de comunicação (indica que o seu referente não é locutor nem alocutário). Este deíctico consiste numa representação e surge de forma equivalente à referencial nominal, na qual encontra geralmente o seu antecedente linguístico.

palavras, enquanto utilizadas na situação de enunciação em curso (nível de realização das palavras), pelos sujeitos enquanto seres com dimensões exteriores ao acto de comunicação (nível de representação dos sujeitos) e pelos objectos, enquanto seres exteriores referidos (nível de representação dos objectos).

Ao construir o texto, o sujeito tem ao seu dispor a possibilidade de mobilizar estas dimensões do acto de comunicação, que o revelam estrategicamente entre a realização e a representação, entre a explicitação comunicativa e a implicitação.

A dissociação dos eixos permite dar conta da variedade de expressões linguísticas que podem remeter para os participantes na situação de enunciação (como se verifica nas formas de tratamento, ou nas diversas possibilidades para proceder à auto-referência⁸).

No domínio das expressões linguísticas, a *realização* corresponde à adopção de uma perspectiva interna à própria situação de enunciação, com recurso aos deícticos que encontram o seu valor referencial no papel comunicativo e na localização espaciotemporal dos intervenientes. O grau seguinte na progressão, já no âmbito da representação, poderá revelar-se linguisticamente pela presença de termos avaliativos, modalizadores. Se o sujeito enunciador não estiver presente no enunciado de forma explícita, a sua subjectividade encontra-se implicitamente presente, enquanto fonte avaliativa ou modalizadora. No passo seguinte escolherá termos com menor carga subjectiva, revelando-se ainda por meio dessa escolha e da hierarquização das informações.

Deste modo, a objectividade de uma expressão referencial como «o senhor», poderá situar-se na dimensão de realização dos sujeitos, se corresponder a uma forma de tratamento do destinatário. De igual modo, a expressão «o autor do texto» poderá encontrar o seu valor referencial no próprio «eu» que escreve e que afirma a dimensão de realização em que participa, adoptando na expressão linguística uma posição exterior a si

⁸ Cf. Faria (1983).

próprio, dando esse passo no sentido da objectividade, apesar de continuar preso à realização subjectiva pelo papel que desempenha na comunicação.

A decisão estratégica envolve assim a eventual revelação ou activação no texto do *fazer comunicativo* com as suas dimensões de realização e de representação e a selecção das expressões linguísticas que as manifestarão, situando-se elas próprias num percurso de subjectividade-objectividade.

Referências

- Benveniste, Emile (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Cintra, Luís F. (1972). *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. Lisboa: Horizonte.
- Faria, Isabel. H. (1983). *Para a análise da variação socio-semântica: estrato socio-profissional, sexo e local de produção enquanto factores reguladores, em português contemporâneo, das formas de auto-referência e de orientação para o significado*. Tese de Doutoramento apresentada à F.L. da Universidade de Lisboa.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (1980). *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- Medeiros, Sandi Michele de O. (1993). Um modelo psico-sociolinguístico de formas de tratamento. *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa: 1992*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.